

---

**GUERRA, PAZ E COMUNIDADES HUMANAS  
À LUZ DA HISTÓRIA**

**ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO**

---

*Carlos de Azeredo*

---

GUERRA, PAZ E COMUNIDADES HUMANAS  
A LUZ DA HISTÓRIA  
ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO

---

SUMÁRIO

1. *A GUERRA E A HISTÓRIA*
2. *RAIZES OU ORIGENS DA GUERRA*
3. *PAZ, GUERRA E PODER*
4. *PAZ, GUERRA E DESENVOLVIMENTO*

1. *A GUERRA E A HISTÓRIA*

A extrema violência dos conflitos armados, as alterações bruscas das estruturas sociais e políticas que lhes são inerentes, os saques, as destruições, as fomes e até o flagelo da peste que não raramente lhes sucederam, desde sempre impressionaram a imaginação do homem, e, mais do que qualquer outro fenómeno social, a Guerra marcou e perdurou na memória dos homens.

Ainda na alvorada das civilizações, assim que o homem aprendeu a perpetuar nas pedras do vale do Nilo, ou no barro de Sumer e Acad, ou nos pergaminhos cuidadosamente recopiados, as suas experiências vivenciais, foi a Guerra o primeiro motivo das suas inscrições, referissem elas a unificação do Egipto sob Mentuhotep II (C. 2040 a.C.), ou o cerco de Tróia, relatassem elas a luta fratricida do Peloponeso ou as sagas do rei Artur e dos doze pares de França.

Mítica, por vezes, como na europeia de Gilghamesh ou na Teogonia de Hesíodo, real em outros casos, como na formação do Império Sínico, ou no domínio dos Medos pelos Persas, foi da Guerra que os primeiros Historiadores trataram, foi ela que sobretudo os preocupou e cujo relato lhes mereceu ser perpetuado, «para que não caíssem no esquecimento os feitos mais notáveis dos Homens», conforme escrevia Heródoto, em jeito de programa, na introdução ao Livro I da sua História.

É pois legítimo concluir que a ciência da História, como ramo do saber humano, começou pela Guerra, ou dito de outra maneira:

**A GUERRA FOI A RAZÃO PRIMEIRA DA HISTÓRIA!**

## **2. RAÍZES OU ORIGENS DA GUERRA**

Sendo a Guerra, como fenómeno social, anterior e até motivadora da própria História, pode afirmar-se que ela se apresenta, ao longo da existência dos homens, como uma constante de todas as épocas e de todas as comunidades humanas, desde as mais arcaicas e primitivas até às mais recentes e civilizadas.

Iniciada possivelmente numa dimensão reduzida, à escala das primeiras e limitadas sociedades humanas, a Guerra acompanhou ao longo dos tempos o desenvolvimento das estruturas sociais até atingir a magnitude e o potencial destruidor que a actual tecnologia lhe empresta. Etimologicamente a palavra GUERRA deriva do grito dos guerreiros celtas, lançados ao ataque: «WER-RA», conforme nos conta Publius Cornelius Tacitus (50 a.C. a 20 A.D.) na sua «De Origine et Situ Germanorum», escrita em 18 da nossa era.

Ao longo dos tempos a Guerra tem sido uma realidade tão constante e evidente que bem pode afirmar-se que a Paz, na vida dos Povos, tem sido na maioria das vezes não mais que o fim de um conflito e a preparação de um próximo.

A evidência dos achados arqueológicos do Paleolítico Inferior (Abvilense e Acheulense) permitiu a Henry Bergson afirmar que o «homem apareceu quando foram fabricados os primeiros utensílios, que foram as primeiras armas».

A universalidade deste fenómeno ao longo de milénios tornou o seu conhecimento imediato e intuitivo, mas todas as tentativas para compreender as suas raízes profundas se saldaram em outras tantas hipóteses limitadas que não chegam para explicar esta realidade tão evidente.

Tal como Santo Agostinho a propósito do tempo, também se pode afirmar em relação à Guerra: «Se não me perguntam sei o que é, mas se me perguntam deixo de o saber.»

As causas ou origens da Guerra foram inicialmente atribuídas a desígnios divinos. Os gregos viam nela uma actividade de Ares: os germanos filiavam-na na vontade de Votan, o deus da Guerra; a Bíblia atribuí-a a um

castigo ou desígnio de Yaveh, e os muçulmanos não só a têm como um mandato de Alá, como ainda por cima a canonizaram.

Paralelamente a esta linha de pensamento teocrático, afirmava-se uma outra que colocava a origem da Guerra na própria Natureza:

Heráclito de Éfeso afirmava que «o combate é pai de todas as coisas, e de todas as coisas rei»; Thomas Hobbes (1588-1679) escrevia em 1651 no seu «Leviathan»: «Bellum omnium contra omnes» (a Guerra é de todos contra tudo); Hegel considerava a Guerra um estado natural em que «a idealidade do Ser recebe aquilo que lhe é próprio e se torna realidade».

Posteriormente procurou-se explicar o fenómeno a partir de leis sociológicas, pelas quais a Guerra se destinava a destruir os excessos demográficos, constituindo, como escreve Gaston Bouthoul, «uma função recorrente» (in «Les Guerres. Éléments de polémologie» — Paris, 1951), enquanto os biólogos viram nela um instrumento fundamental para a evolução e selecção das espécies, a que o Homem também estaria sujeito: Darwin sintetizou este conceito na célebre expressão «struggle for life»; alguns naturalistas, observando o comportamento de sociedades primitivas da actualidade, colocam a origem da Guerra em instintos imanescentes ao ser humano, com raízes tão velhas e profundas como a religião, a dança e a caça.

Actualmente as velhas linhas de pensamento sobre a génese da Guerra persistem, com excepção para a linha teocrática. Para facilidade de exposição, podemos dividir as modernas teorias em duas grandes escolas:

Uma atribui a origem da Guerra a factores inatos do próprio Homem; outra atribui essa origem a factores adquiridos, decorrentes de certas relações e instituições sociais.

Ambas estas duas escolas incluem, como é natural, visões optimistas e pessimistas, quanto à prevenção da Guerra.

## TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA GUERRA

<i>Escola dos Factores Inatos</i>	{	Linha etológica
		Linha psicológica
<i>Escola dos Factores Adquiridos</i>	{	Linha liberal
		Linha socialista

Dentro da primeira escola encontramos uma linha que aborda o problema no plano etológico, isto é, pela observação e comparação do comportamento animal, individualmente ou em grupo, procurando determinar qual o papel da agressividade e da luta na Natureza. Destacam-se neste domínio, entre outros, os trabalhos de Konrad Z. Lorenz, com o seu «King Salomon's Ring» (Methween, Londres, 1952), e do biologista e etologista J. P. Scott, que afirma: «a conduta agressiva no reino animal não pode ser considerada nem como accidental, nem como anormal; a agressão é uma parte constante e aparentemente útil da conduta quotidiana de muitos animais» (in «Agressi-on», Chicago, 1958).

Nesta linha de investigações tem tido particular interesse a observação do comportamento de animais, isolados ou em grupo, em relação a um dado território, e recentes descobertas no campo do que os etologistas denominam de «imperativo territorial» sugerem impressionantes similitudes com o comportamento humano.

Ainda dentro desta escala, uma outra linha aborda o problema pelo campo dos factores psicológicos estruturais do Homem. Raymon Aron escreve: «O amor próprio, tanto como o desejo de possuir, transforma irmãos em inimigos e associados em rivais. Todo aquele que ocupa um lugar proeminente é agressivo em relação a todo o que foi rejeitado para uma posição secundária, desde que este ambicione a honra suprema. Todo o bem que se não partilha, como o Poder e a Glória, são objecto de disputas inevitáveis.

Quando o objecto de um conflito é um bem partilhável são possíveis os compromissos, mas mesmo aqui a violência se mantém como uma tentação: Porquê transigir com outrem se, pela força, posso obter o conjunto não partilhado?» (in «Paix et Guerre entre les Nations», Chalmann-Lévy, Paris, 1962 — pág. 343).

Os antigos já sabiam isto e diziam-no de um modo mais breve: «Homo homini lupus».

Na escola que coloca as origens do fenómeno bélico em certas relações estruturais da sociedade que actuam como factores decorrentes, e portanto adquiridos, vamos encontrar duas análises distintas:

Uma primeira, a que chamamos de Liberal, com raízes no pensamento de John Stuart Mill, atribui ao Estado as causas principais da Guerra, agravadas pela democracia e pela anarquia das relações internacionais; procuram opor como contramedidas o sufrágio universal e a formação de organizações

internacionais disciplinadoras. Esta linha de pensamento, tão cara à mentalidade anglo-saxónica, foi de certo modo a responsável pelas cedências do Presidente Roosevelt na Conferência de Yalta, a fim de convencer Estaline a colaborar na fundação da ONU.

Uma segunda linha coloca a sua análise dentro de um conceito socialista, com base no pensamento radical de John Hobson, posteriormente desenvolvida por Karl Marx. Para esta linha as causas da Guerra encontram-se nas estruturas sociais, com as suas clivagens de classe, a existência da propriedade privada e a exploração capitalista dos meios de produção.

Mas o mito de que a Paz Universal seria finalmente encontrada com a abolição dessas estruturas burguesas, consideradas como causas nefastas, e ainda a tão proclamada e esperançosa solidariedade proletária, viriam a ser postos em causa pelas duas guerras mundiais, em que estados socialistas se batiam de ambos os lados sem que as respectivas classes operárias a isso se opusessem, e ainda pela situação de conflito latente entre a URSS e a China Continental, dois estados socialistas em que aquelas estruturas foram abolidas, pelo menos oficialmente. Afinal o sentido de nacionalidade sobrepôs-se como um imperativo à tão esperada solidariedade proletária.

É interessante a posição assumida por Henry Bergson, esse subtil e intuitivo escritor e filósofo francês, que de certo modo se colocou numa posição intermédia a estas duas escolas, ainda que numa visão limitada, ao escrever: «A origem da Guerra é a propriedade individual ou colectiva, e como a Humanidade está predestinada à propriedade pela sua mesma estrutura, segue-se que a Guerra é natural. Alás o instinto guerreiro é tão forte que é o primeiro a aparecer quando se arranha a civilização para se encontrar o substracto natural» (in «Les Deux Sources de la Morale et de la Religion», ed. Alcan, Paris, 1932).

Não vamos aqui determo-nos sobre a recentíssima corrente, tão pobre em reflexão quão rica em demagogia, que vê na existência de armamentos a causa da agressividade e da Guerra; o problema põe-se precisamente de modo inverso: a Guerra é que é a origem e a razão de ser dos armamentos, porque a agressividade, essa reside no próprio coração do Homem, que continuaria a matar-se, mesmo que fossem abolidos os modernos armamentos actuais e tivéssemos de voltar ao biface de sílex dos nossos antepassados abvilenses...

Mas afinal quais são as causas profundas da Guerra?

Razões económicas, ambição, necessidade de defesa, ideologias, diferenças de deuses ou de raças, o poder ou a glória, nenhuma destas motivações chega para nos dar uma resposta, e ela também não foi encontrada apesar de nos EUA, nos 10 anos após a Segunda Guerra Mundial, terem sido dedicados a este assunto mais de cem mil estudos.

Por alguma razão Demócrito de Abdera (c. 460-370 a.C.) dizia na sua pureza e também madureza de filósofo: «Antes queria compreender uma causa, do que ser rei da Pérsia!», e no seu tempo a Pérsia devia ser bem mais atraente do que na actualidade...

### 3. PAZ, GUERRA E PODER

Têm sido repetidas e abundantes as classificações propostas para os diferentes tipos de Guerra e de Paz, classificações que variam conforme o plano no qual o problema é abordado.

Assim, no contexto de uma valoração moral, teremos Guerras Justas e Injustas, ponto de partida fácil e comum para os conceitos de legitimidade ou ilegitimidade dos conflitos; tal ponto de vista encontra a sua limitação na própria subjectividade do processo avaliador.

Se nos ativermos ao aspecto da iniciativa das hostilidades, encontraremos as Guerras Defensivas ou de sobrevivência, e as Guerras Ofensivas ou de agressão, mas também aqui permanece o elemento subjectivo de apreciação, além do aspecto controverso desta classificação: quantas vezes foi invocado o imperativo de legítima defesa para justificar uma «agressão preventiva»?

Se olharmos à aparência formal da Guerra, chegaremos à distinção entre conflito clássico ou convencional, Guerra em ambiente nuclear e ainda a guerrilha; mas actualmente a racionalização e aproveitamento de todas as potencialidades nacionais no esforço operacional leva por vezes os contendores a utilizar no mesmo conflito formas de luta clássicas e de guerrilha, como aconteceu na Campanha de França, durante os anos de 1944 e 45, em que os franceses actuaram em moldes clássicos (ou convencionais) juntamente com os Aliados, e mantinham na retaguarda das linhas alemãs a actuação de guerrilha. No futuro é de admitir que os estados beligerantes

tenham atitudes semelhantes com a faculdade de adicionar ainda o vector nuclear nas operações.

Não sendo inteiramente satisfatória, mas contudo menos controversa, é a classificação que nos é proposta por Raymon Aron (in «Paix et Guerre...», ed. Chalmann-Lévy, Paris, 1962) que parte do carácter das unidades políticas presentes numa contenda, e hoje geralmente aceite, distingue três categorias de Guerras:

<i>Guerras</i>	{	Inter-Estatais
		Infra-Estatais
		Imperiais

As Guerras Inter-Estatais são as que se travam entre unidades políticas que se reconhecem como existindo legitimamente; ex.: a Guerra dos Cem Anos, as Guerras Napoleónicas, a Guerra Franco-Prussiana de 1870, ou as duas Guerras Mundiais, etc.

As Guerras Infra-Estatais são as que decorrem entre unidades políticas cujo reconhecimento mútuo de existência legítima não existe e as que se desenvolvem no interior do mesmo estado, ditas Guerras Civas; ex.: a Campanha da Judeia conduzida por Tito em 70 A.D. contra a renovação do Estado de Israel que Roma não reconhecia; a nossa Guerra do Ultramar de 1961 a 74; a que se trava entre Marrocos e a Frente Polisário; as nossas Lutas Liberais ou a Guerra Civil de Espanha, etc.

As Guerras Imperiais são as que conduzem à formação ou à expansão de um estado imperial; ex.: as Campanhas de Alexandre, de 331 a 323 a.C., que antecederam a formação do Império Selêucida; a Guerra das Gálias conduzida por César; as campanhas da expansão no Oriente, do Império Marítimo dos Portugueses; a Guerra dos Boers no início deste século, etc.

E que dizer da Paz?

Se considerarmos que a Paz é um bem precioso, e isto é indubitavelmente aceite, temos de concluir que, como todos os bens e todas as preciosidades, só pode ser conseguida e mantida se for bem acautelada, isto é, guardada. E quando estamos a dizer guardada estamos a pensar na força das armas, como uma longa e não desmentida evidência da História nos ensina.



Penso que poderemos arrumar todas as diferentes características, sob as quais a Paz se nos pode apresentar, em duas únicas categorias:

PAZ	{	De Conveniência
		De Imposição

A Paz é de Conveniência quando as unidades políticas em presença têm mútuo interesse em conviver em paz, ou porque existe um equilíbrio das suas forças, ou porque o objectivo não é remunerador, ou por temor das consequências de um conflito nuclear; temos várias situações históricas que são exemplos destes casos: a Paz que actualmente se vive entre as nações da Europa; o facto da Suíça, durante a II Guerra Mundial, se ter constituído num objectivo não remunerador levando o III Reich a manter-se numa Paz de conveniência com os suíços; a situação de Paz entre as duas Superpotências actuais, resultante não só do equilíbrio global das suas forças, mas também do «terror» inspirado pela acumulação de poderosos meios nucleares.

A Paz de Imposição é a que resulta, numa determinada área, da preponderância, imposição ou hegemonia de uma determinada unidade política sobre outras unidades políticas adjacentes, e ainda a Paz que resulta da existência de um Estado Imperial que retira às restantes unidades políticas toda a capacidade para fazerem a Guerra; ex.: a Paz imposta às Cidades-Estado da Grécia por Filipe II da Macedónia após a Batalha de Keronea em 338 a.C., através da Liga de Corinto da qual ele se tornou o «Hégemon»; a Paz imposta pelo British Raj aos diferentes estados do subcontinente indiano durante os séculos XIX e XX; a Paz que a Administração portuguesa impôs às várias e belicosas tribus e reinos das nossas antigas províncias africanas; a Pax Acménida no Oriente Próximo, desde a unificação dos medos e persas sob Ciro, c. 550 a.C., até à Primeira Guerra Pérsica, 493-490 a.C.); a Pax Egípcia entre a unificação sob Mentuhotep II, c. 2040 a.C., até à invasão dos hiksos no reinado de Dudimoses em 1679 a.C.; a Pax Romana, na maior parte da Europa e bacia do Mediterrâneo, desde a Batalha de Actium em 31 a.C., sob Augusto, até à Primeira Guerra Parta (195-202) sob Septimus Severus; a Pax Sínica no Extremo Oriente, entre os finais dos séculos XVII e XVIII, até ao início da Guerra do Ópio.

Há contudo um único caso de uma Paz imposta que constitui a excepção à verificação geral da História: foi a Pax Cristiana imposta aos Príncipes cristãos de uma Europa medieval entre 1100 e 1250. Neste caso a imposição não utilizou a força das armas mas sim a da Fé, numa época de crença viva e forte.

Se a Guerra depende inteiramente do poder militar dos estados e é mesmo a materialização desse mesmo poder, pode concluir-se com não menos verdade que também a manutenção da Paz resulta do mesmo poder que a torna ou conveniente ou imposta.

Esta realidade, tão evidente e tão difícil de aceitar para certos idealistas, torna ainda mais saliente a falácia mental que constitui o ligar o problema da Paz ao do Desarmamento; a propósito é oportuno recordar que se a Europa está a viver nos nossos dias o mais longo período de Paz da sua História, desde o Império Romano, isso se deve fundamentalmente à acumulação de poderosos armamentos nucleares e ao respectivo terror daí decorrente. Não menos interessante é o caso do Japão que, dividido por lutas internas até ao século XVI, pôde alcançar a Paz interna quando um dos «Xoguns» em conflito conseguiu armar-se com cópias das armas de fogo ali introduzidas pelos portugueses, favorecendo a unificação do país. A própria Suíça, como já se referiu, manteve a Paz da sua neutralidade durante a II Guerra Mundial à custa de 430 000 homens que se mantiveram debaixo de bandeiras e das poderosas fortificações efectuadas no reduto do seu maciço central, sob a orientação do General Guizan.

É caso para nos interrogarmos até que ponto os armamentos e os Exércitos são instrumentos também da Paz, ou então, colocando a questão de modo inverso, será possível manter e defender a Paz sem o recurso ao poder das Armas?

Enquanto o Homem tiver ideias, religião, necessidades ou ambições, enquanto se mantiver a sua incansável busca da segurança, de bem-estar e até de Paz, em suma, enquanto o Homem for Homem a Guerra estará connosco e ela será fruto amargo na seara humana.

E tal como na sucessão dialéctica da realidade, o Bem está relacionado com o Mal, a Saúde é inseparável da Doença, a Vida é companheira da Morte e a Luz é irmã da Sombra, também o conceito estimável da Paz se define, se aprecia e se conhece em face da crua realidade da Guerra.

Há na História uma realidade que é perene como o verde da relva: tudo o que é valioso, difícil de conseguir ou frágil por essência, merece e deve ser defendido a todo o custo da cobiça alheia, quer sejam os bens materiais de uma comunidade humana, as suas tradições e cultura, quer se trate mesmo desse supremo bem dos povos, desse frágil dom verdadeiramente divino que é o simples viver em Paz.

Já Tucídides, na «História da Guerra do Peloponeso», nos conta como a neutral cidade de Melos foi esmagada pelo poderio de Atenas e os seus habitantes vendidos como escravos, por não ter um exército que defendesse a sua Paz neutral, e nos nossos dias o Líbano, uma terra próspera e pacífica ainda há bem poucos anos, porque considerou inúteis as suas forças armadas, dissolveu os seus meios de defesa e criou deste modo na sua área um vazio de Poder que, por leis semelhantes às da física, logo foi preenchido pelos poderes adjacentes; as consequências trágicas deste erro estão bem à vista.

«Si vis pacem para bellum», diz a velha sabedoria, isto é, o fundamento de uma Paz segura e duradoura ainda é o Poder das Armas, quer gostemos ou não, pelo menos enquanto a Humanidade se mantiver no estádio actual da sua evolução.

#### 4. PAZ, GUERRA E DESENVOLVIMENTO

Giambattista De Vico (1668-1744) observou que no decurso da História se sucedem largos ciclos ou períodos que se assemelhavam por todo um conjunto de circunstâncias, a que ele chamou de «períodos analógicos». Arnold Toynbee (1889-1975), na sua monumental obra «A Study of History», retomou de alguma maneira o pensamento de De Vico, integrando-o na sua ideia de evolução das sociedades humanas.

Pode dizer-se que no interior de largos ciclos históricos se encadeiam certas fases ou tempos, mais ou menos semelhantes, geralmente sucedendo-se pela mesma ordem, de que a História nos oferece vários exemplos; podemos assim distinguir:

Um Tempo das Perturbações que precede a formação do Estado Universal<sup>(1)</sup>, período em que ocorrem com maior frequência Guerras do tipo In-

(1) Estado Universal é, segundo Toynbee, aquele em cujas fronteiras se contém toda uma sociedade humana ou civilização. Ex.: o Império Romano foi o estado universal da sociedade helénica.

ter-Estatal e épocas de Paz de Conveniência; ex.: em relação ao Império da China, as Guerras dos Estados Combatentes relatadas por Sun-Tzu; na formação do Império Acménida as Guerras entre assírios, caldeus, judeus, medos e persas, relatadas por Heródoto; antecedendo o Império Romano temos as lutas entre latinos, etruscos, sabinos, celtas e as cidades da Grande Grécia, relatadas por Tito Lívio, Tácito e Políbio; na Europa, todas as Guerras ocorridas desde 1400.

Um tempo de Expansão, no qual o Estado Universal, ou Império, alarga as suas fronteiras, e no qual acontece com mais frequência o tipo das Guerras Imperiais, separadas por períodos de Paz de Imposição através de esquemas de hegemonia; ex.: as Campanhas das Gálias, do Egipto e do Próximo Oriente por parte do Império Romano; as Guerras contra os diferentes Khanatos da Ásia Central, na expansão para Oriente do Império Russo; as Campanhas do Egipto e do Sudão nos finais do século passado e início deste, por parte do Império Britânico; etc.

Um Tempo de Paz Imperial, caracterizado pela ocorrência de largos períodos de Paz de Imposição, a que já nos referimos atrás.

Um Tempo de Declínio que no final do ciclo precede a queda dos Estados universais, ou Impérios, e durante o qual se regressa a uma certa frequência de Guerras Inter-Estatais, agora acompanhadas de Guerras Infra-Estatais, separadas por épocas de Paz de Conveniência; ex.: a época das lutas do Império Romano contra os Bárbaros e das várias campanhas internas entre os diferentes imperadores aclamados nas províncias romanas e a sede capital do Império; as nossas Lutas Liberais e a Guerra do Ultramar, que acompanharam de perto a Independência do Brasil e o declínio do nosso Império até à sua liquidação.

Ainda que na História os factos nunca se repitam nem seja possível estabelecer leis precisas que enquadrem o comportamento humano, podemos contudo afirmar que, na sucessão dos tempos, são estas as maiores frequências de certos tipos de Guerra e de Paz.

Mas com todo o seu cortejo de desgraças e de irremediáveis destruições, é possível constatar que a Guerra e a Hostilidade foram, ao longo da vida das sociedades humanas e dentro de certos limites, factores de desenvolvimento, de progresso e de cultura.

As mais belas obras da Grécia, quiçá as mais sublimes do génio humano, brotaram numa sociedade que atinge o seu apogeu na era de Péricles, último

quartel do século V a.C., quando os gregos saídos das Guerras Pérsicas se dilaceravam na luta fratricida da Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.).

As ciências, as artes e as instituições florescem na França no primeiro quartel do século XIX, quando os exércitos napoleónicos mantinham bem aceso por toda a Europa o fogo de Marte.

E entre nós, portugueses, Sá de Miranda, Duarte Pacheco Pereira, Fernão Mendes Pinto, Garcia da Horta, o milagre da janela do Convento de Cristo, em Tomar, a magnificência do Claustro dos Jerónimos e a epopeia dos Lusíadas acontecem na vida nacional quando, num esforço humano sem paralelo na História dos povos, os Portugueses impunham e mantinham o primeiro Império transoceânico da História.

Fomos grandes em todos os sentidos, precisamente quando as ossadas dos nossos pioneiros balizavam as pistas do desconhecido, ou quando os «Meninos da sua Mãe», no belo dizer de Fernando Pessoa, apodreciam na penumbra húmida das florestas virgens, ou quando os corpos dos nossos navegantes desciam silenciosamente nos abismos imensuráveis dos oceanos, e isto repetido e repartido por todas as latitudes e todas as longitudes do Globo terrestre!

A própria luta contra um ambiente hostil e agressivo desenvolveu a capacidade criadora das comunidades humanas: enquanto povos sustentados pela liberalidade das regiões tropicais se mantiveram através de milénios em estádios pouco mais que primitivos, as comunidades que se estabeleceram nos climas mais ásperos e difíceis do Hemisfério Norte acabaram por se construir nas pontas de lança da Civilização, da Cultura e do Progresso.

Aliás esta realidade já tinha sido verificada há mais de 25 séculos, quando Heródoto nos descreve, no capítulo 122 do IX Livro da sua «História», o diálogo entre Artembares e Ciro que acabava de vencer o último imperador dos Medos: eis as palavras do general para o novo imperador: «Agora que Zeus destruiu Astiges e deu o domínio aos persas como nação, e a Ti Senhor, como pessoa, porque não sairemos do nosso estreito e árido território (os Montes Zagros) e vamos ocupar outro melhor? Há muitos bem próximos e outros afastados, onde poderemos escolher para que o Mundo nos admire ainda mais: para os Filhos de um Império este seria o destino certo e nunca voltaremos a ter ocasião melhor do que hoje, quando o teu poder está estabelecido sobre vastos povos e sobre todo o continente da Ásia.

Ciro, que ouvira em Paz, respondeu-lhe que fizessem o que desejavam, mas lembrou-lhe ainda que se preparassem para de senhores passarem a súbditos, porque países brandos, disse ele, tornam brandos os homens mais duros.»

Seria fastidioso enumerar aqui as descobertas e os avanços das ciências, nomeadamente da física, da medicina, da electrónica, da química, da farmacopeia, da siderurgia, etc., ou ainda as conquistas da exploração espacial, da cibernética ou da energia nuclear, cuja dinâmica se baseia mormente na preparação para a Guerra.

Até no campo das ideias e da exegese moral se pode dizer que a luta é uma condição de sobrevivência, e no Livro de Job, esse pacífico e sofredor hebreu que coçava a sua lepra com um pedaço de telha, se afirma que «a vida do Homem sobre a Terra é um combate permanente» (Job VIII, 12).

Não se julgue que estamos aqui a fazer a apologia da Guerra, e nada mais longe das minhas intenções que louvar ou defender uma actividade que está na origem de tantas ruínas e de tantas tragédias humanas.

Mas penso que temos de aceitar a Guerra como um fenómeno intrínseco da Humanidade, conforme a evidência de milénios de História, fenómeno susceptível de ser prevenido e de ser moderado nos seus efeitos mais desumanos se tivermos sobre esta questão uma visão realista e despida de quaisquer idealismos que acabam sempre por se revelar como trágicos e muito mais perigosos para aqueles que ingenuamente neles se embalam.

Em face de tudo o que atrás se afirma, surge-nos sempre a angustiada questão:

Qual o sentido da caminhada do Homem ao longo da História?

Quando se vão folheando as páginas dos séculos e se contemplam os custos e as fadigas necessários para se construir a grandeza e o poderio de sucessivos impérios que representaram na sua época a Paz, a Segurança e a Prosperidade de várias gerações, para tempos depois os vermos destruídos com todo um cortejo de sangue, de dores e de lágrimas, para seguidamente tudo recommençar de novo, somos assaltados por uma sensação de trágico pessimismo, como se sobre o Homem pesasse para sempre uma fatal condenação, qual Sísifo eternamente retomando o pesado rochedo que empurra pela encosta do seu Destino, e uma vez no alto volta a rolar de novo para o abismo!

Que ocultas forças levam comunidades inteiras para a morte e para a destruição na Guerra?

Quem medita no orgulho, nas canções e na alegria da juventude alemã na preparação para o holocausto da Segunda Guerra Mundial, quem recorda o «elan» das tropas napoleónicas na véspera das grandes batalhas, quem evoca o fervor e o sentido de desafio dos soldados de Alexandre ao lançarem-se na grande aventura da conquista da Ásia, ou então quem contempla nos nossos museus o brilho dos uniformes, o fulgor das plumas e a cor alacre dos pendões que ondearam nos campos de morte dos antigos combates, e lembra as tragédias humanas envolvidas em tudo isto, como pode compreender o drama misterioso do Destino do Homem?

Talvez por isso, o Homem Medieval, escudado na sua Fé, tenha encontrado para a História um sentido providencial e escatológico, em que o Pecado Original e a Redenção dos «Degredados Filhos de Eva» tornam inteligível o nosso Destino e sustentam em nosso pobre coração a frágil chama da Esperança, ardendo confiada entre as brumas do aparente absurdo da História!

*Carlos de Azeredo*

General

Comandante da Região Militar do Norte